

Rumores e rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848

Marcus Carvalho^{* 1}

Olhando para a história social do Recife na primeira metade do século passado, três aspectos chamam a atenção. O primeiro é o ciclo das insurreições liberais, que se inicia com a Insurreição de 1817, passa pela Confederação do Equador em 1824 e termina com a Praieira, em 1848.² O segundo é a virtual ausência de rebeliões escravas, mesmo tendo havido até mais confusão no Recife do que na maioria das capitais provinciais nesse período. O terceiro é que

* PhD em História da América Latina pela University of Illinois at Urbana-Champaign e Professor dos Cursos de Mestrado e Doutorado em História da UFPE.

1. Agradeço ao CNPq pelo apoio à pesquisa.

2. A historiografia sobre o assunto é quase inesgotável. Considero mais relevantes os seguintes trabalhos, ordenados aqui por ano de publicação: Francisco Muniz Tavares, *História da Revolução de 1817*, Recife, 1840; reedição, Imprensa Industrial, 1917. Joaquim Nabuco, *Um estadista do Império*, 3 vols., Paris, Garnier, 1897. Amaro Quintas, *O sentido social da Revolução Praieira*, Recife, 1948; reedição: Recife, UFPE, 1977. Edison Carneiro, *A Insurreição Praieira, 1848-49*, Rio de Janeiro, Conquista, 1960. Manoel Correia de Andrade, *A Guerra dos Cabanos*, Rio de Janeiro, Conquista, 1965. Carlos Guilherme Mota, *Nordeste 1817*, São Paulo, Perspectiva, 1972. Mário Márcio de Almeida Santos, *Nascimento Feitosa e a Revolução de 1848*, Recife, UFPE, dissertação de Mestrado, 1977. Idem, *Um homem contra o Império: Antônio Borges da Fonseca*, João Pessoa, União, 1994. Vamireh Chacon, "Introdução", in *Autos do inquérito da Revolução Praieira*, Brasília, Senado Federal, 1979. Isabel Marson, *Movimento Praieiro, 1842-1849: imprensa, ideologia e poder político*, São Paulo, Moderna, 1980. Idem, *O império do progresso: a Revolução Praieira*, São Paulo, Brasiliense, 1987. Nancy Naro, *The 1848 Praieira Revolt in Brazil*, Chicago, Univ. of Chicago, tese de Ph.D., 1980. Marcus J. M. de Carvalho, *A Guerra do Moraes: a luta dos senhores de engenho na Praieira*, Recife, UFPE, dissertação de Mestrado, 1986. Idem, *Hegemony and Rebellion in Pernambuco (Brazil), 1821-1835*, Urbana, University of Illinois at Urbana-Champaign, tese de Ph.D., 1989. Fernando da Cruz Gouveia, *O Partido Liberal no Império: o barão de Vila Bela e sua época*, Brasília, Senado Federal, 1986. Glacyra Lazzari Leite, *Pernambuco 1817: estruturas e comportamentos sociais*, Recife, Massangana, 1988. Idem, *Pernambuco, 1824: a Confederação do Equador*, Recife, Massangana, 1989. Luís Sávio de Almeida, *Memorial Biográfico do Capitão de Todas as Matas*, Recife, UFPE, tese de Doutorado, 1995. Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, *A atuação política de um publicista: Antônio Borges da Fonseca*, Campinas, PUC, 1995. Maria do Socorro Ferraz Barbosa, *Liberais e liberais*, Recife, UFPE, 1996. Jeffrey Carl Mosher, *Pernambuco and the Construction of the Brazilian Nation-State, 1831-1850*, Gainesville, tese de Ph.D., University of Florida at Gainesville, 1996.

a literatura sobre esses assuntos encontra-se dispersa em monografias, faltando portanto tentativas mais concisas de análise dos possíveis nexos entre a resistência escrava e o contexto político mais amplo daquele período.

Este artigo pretende expor algumas das ligações plausíveis entre esses movimentos políticos maiores e as estratégias de resistência desenvolvidas pelos escravos do Recife nessa época. Para atingir esse fim, analisaremos, em primeiro lugar, três episódios considerados pelos contemporâneos como ameaças de rebeliões escravas. Depois, trataremos de algumas narrativas de fugas que expressam o desenvolvimento de alternativas de resistência em resposta à conjuntura específica de Pernambuco nesse período. A partir daí, trabalharemos também alguns dos motins urbanos ocorridos no Recife nesse período, que não envolveram apenas escravos, mas também outros segmentos da sociedade.

O primeiro dos episódios que convém relatar aconteceu em 1814. O viajante Tollenare devia estar se referindo a esse caso quando falou que houve negros executados por causa de uma sedição, pouco antes de ele ter chegado ao Recife, em 1815. Todavia, no final de tudo, as pessoas com quem conversou acharam que houve um certo exagero por parte da repressão contra o que seriam meros rumores.³ Depois que tudo passou, os indivíduos letrados, com quem o viajante francês esteve, talvez pensassem que não houvera realmente perigo. Mas, no calor dos acontecimentos, não foi assim. A sedição fora planejada para eclodir num domingo, 29 de junho de 1814, dia do Espírito Santo. Mas a trama foi descoberta antes. Havia escravos e forros envolvidos no plano, principalmente trabalhadores do ganho no Recife. Entre estes estavam os forros Domingos do Carmo, “rei do Congo e de todas as nações do gentio da Guiné”, e Joaquim Barbosa, “capitão dos ganhadores”.⁴

O segundo episódio aconteceu em 1846. De acordo com o chefe de polícia da província, suspeitava-se que uma seita religiosa de negros, surgida na cidade, era na realidade um disfarce para uma sociedade secreta cujo objetivo era preparar uma insurreição de escravos. A polícia entrou em ação, cercando uma casa no bairro de São José, onde os fiéis se reuniam. Segundo as autoridades, os negros então saíram protestando, gritando contra a religião do Estado. O líder – o Divino Mestre segundo os fiéis – era o crioulo Agostinho José Pereira, que teria uns trezentos seguidores na cidade. Pelo menos outros seis negros foram presos além de Agostinho, sendo que um deles entregou-se, declarando o desejo de compartilhar da mesma sorte do Divino Mestre, cuja esposa estaria grávida havia cinco anos mas só daria à luz quando descesse o Messias.⁵

A seita do Divino Mestre espalhará-se pela cidade. Um editorial do *Diário de Pernambuco* conta que no bairro da Boa Vista, na casa de um dos principais discípulos de Agostinho, foi encontrada uma Bíblia onde estavam marcadas as passagens que tratavam do fim da escravidão. Mais grave ainda foi a apreensão, na casa do próprio réu, de alguns textos que tratavam do Haiti. Dentre os papéis sediciosos havia um verso, chamado *ABC*, sobre o qual as autoridades foram particularmente insistentes durante os interrogatórios – mas que lamentavelmente não se deram ao trabalho de transcrever. Àquela altura já não eram somente seis os detidos, mas pelos menos dezesseis pessoas.⁶

3. L. F. Tollenare, *Notas dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil, em 1816, 1817 e 1818*, Salvador, Progresso, 1956, p. 182.

4. Francisco Augusto Pereira da Costa, *Anais pernambucanos*, Recife, Arquivo Público Estadual, 1958, vol. 8, p. 349. Cláudia Viana Torres, *Um reinado de negros em um Estado de brancos: organização de escravos urbanos em Recife no final do século XVIII e início do século XIX, 1774-1815*, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, dissertação de Mestrado, 1997, “apêndice”, pp. 95-100.

5. Arquivo Público Estadual de Pernambuco (Recife). Polícia Civil vol. 14, 30/09/1846. *Diário de Pernambuco* (Recife), 23/09/1846.

6. *Diário de Pernambuco* (Recife), 29/09/1846. Tribunal da Relação, “Interrogatório de Agostinho José Pereira”, in *Diário Novo* (Recife), 26/10/1846.

No seu interrogatório, o Divino Mestre mostrou um pouco mais de si. Dizia-se livre. Tinha 47 anos. Sabia ler e escrever. Já estivera no Rio de Janeiro como oficial de milícias e, de passagem, na Bahia. A primeira coisa que lhe perguntaram, todavia, foi sobre a autoria do tal *ABC*. Agostinho negou que fosse seu trabalho e que tivesse repassado o conteúdo dele a outros negros. Alegou que aqueles versos lhe haviam sido dados por sua senhora, três ou quatro anos antes. Foi-lhe também perguntado se havia participado da Sabinada na Bahia, em 1839. Respondeu que não, mas admitiu que conhecera Sabino quando o líder da revolta já estava preso no Rio de Janeiro, numa fortaleza onde o Divino Mestre estava de serviço. Isso, de uma certa forma, indica que não eram infundadas as suspeitas das autoridades de que Agostinho era um desertor do exército que, anteriormente, já se havia metido em outras aventuras políticas. Poderia mesmo ter sido punido, através do recrutamento forçado, pela participação como miliciano na Confederação do Equador, sob as ordens do seu comandante, como admitiu no interrogatório.⁷

Ao falar da sua fé, Agostinho trouxe algumas informações bastante significativas. Afirmou ser cristão, mas deixou claro que considerava os santos “estátuas” e que a Igreja não cumpria os mandamentos, embora tomasse cuidado no interrogatório para não afrontar a Igreja católica. Disse ainda que fora doutrinado por “inspiração divina”. Durante o sono, tivera uma visão do Senhor. Essa passagem fez os presentes rirem. Mas isso não abalou o réu, afinal de contas, argumentou, era dentre os mais humildes que Deus tirava os seus profetas. Disse ainda que a maioria dos seus seguidores eram mulheres, pois os homens eram mais relaxados, dificilmente se submetiam à disciplina exigida de um bom cristão. Agostinho ensinou alguns dos seus seguidores a ler, para que, assim, também pudessem ter livre acesso às escrituras. Foi, portanto, um dos primeiros pregadores protestantes de Pernambuco, exceto pelo viajante Daniel Kidder, que esteve na província no final da década de 1830.⁸ Cobrava inclusive os dízimos: segundo um dos seus críticos o Divino Mestre seria apenas um simples vigarista, enganador dos pobres negros sem educação, que ainda davam a ele os poucos trocados ganhos. Em conseqüência, Agostinho viveria bem melhor que seus fiéis. Os padres devem ter entrado nessa campanha de difamação, ao ponto de os seguidores de Agostinho terminarem sendo vaiados e até agredidos nas ruas por gente de todas as raças.⁹

O advogado de defesa foi ninguém menos que o maior agitador liberal daquela época, em Pernambuco, Borges da Fonseca. – Que crime é ser cismático? – perguntou Borges, argumentando com clareza que a lei proibia outros cultos, mas não cominava a pena de prisão para os praticantes, limitando-se a ordenar a sua dispersão e a destruição dos seus artefatos; no mais, uma multa poderia ser aplicada.¹⁰ Só que os desembargadores perceberam que Agostinho não era um protestante qualquer. O problema não era só de ordem religiosa. Daniel Kidder passara por Pernambuco sem problemas. Agostinho não, pois ele não pregava apenas a desobediência ao padroado régio. Tinha algo mais. Ele era um pastor negro.

Para entender isso, convém lembrar algumas idéias de E. Genovese, revelando a forma como os pastores negros norte-americanos contribuíram para a criação de uma cultura própria dos escravos naquele país.¹¹ Um padre católico, por mais que simpatizasse com os escravos, dificilmente poderia pregar a revolta sem romper também com a hierarquia da Igreja e, assim, com o próprio catolicismo. Praticamente, o máximo que poderia fazer pelos escravos seria consolá-los. Um pastor negro, todavia, não tinha essas amarras. A capacidade de pregar era um dom, uma vocação concedida por Deus. Foi Ele quem iluminou Agostinho, enquanto

7. Tribunal da Relação, “Interrogatório ...”, op. cit. *Diário de Pernambuco* (Recife), 29/09/1846.

8. Daniel P. Kidder, *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do norte do Brasil*, São Paulo, Itatiaia, 1980.

9. Tribunal da Relação, “Interrogatório ...”, op.cit. *Diário de Pernambuco* (Recife), 04/10/1846.

10. *O Nazareno* (Nazaré), 31/10/1846.

11. Eugene Genovese, *Roll Jordan Roll: The World the Slaves Made*, Nova York, Random House, 1981, passim.

dormia, segundo o próprio pastor. Seguindo o princípio da livre interpretação das escrituras, o pregador negro identificava-se com os seus fiéis, pois recriava o cristianismo dentro da perspectiva do escravo, ao enfatizar as passagens que falavam da libertação do cativo. A própria Bíblia tornava-se um instrumento de resistência e não de conformismo. A partir das escrituras ficava também demonstrada a superioridade moral do negro sobre o branco, afogado no pecado de escravizar o próximo.

As fontes são poucas para aprofundar a análise do cristianismo pregado por Agostinho. Mas existem alguns dados que nos permitem especular um pouco mais a esse respeito. Ao dizer que se convertera por “inspiração divina”, enquanto dormia, Agostinho aparenta ter aderido à tendência protestante que melhor se encaixa, digamos assim, com a religiosidade africana. O crente pode receber a iluminação divina, entrar em transe em pleno sonho, assim como os praticantes das religiões afro-brasileiras recebiam espíritos e mensagens do além.

A pregação negra trazia ainda um outro inconveniente para a ordem escravista. A livre interpretação das escrituras é um dos princípios básicos do protestantismo, mas a rigor ele só se efetiva quando é possível a cada pessoa ler a Bíblia. Ao alfabetizar os seus seguidores, Agostinho dava-lhes um instrumento adicional de luta de enorme repercussões. Se adicionarmos a esse aprendizado os tais papéis sobre o Haiti e a ênfase nas passagens bíblicas que tratam da libertação dos escravos, pode-se entender que Agostinho era realmente um elemento perigoso para a ordem, por mais que Borges da Fonseca se esforçasse em provar o contrário. Talvez o tal *ABC* fosse apenas um dos tais documentos falando do Haiti, mas quem sabe fosse até mais que isso, pois o título sugere uma ligação, mesmo que tênue, com o método de alfabetização jesuítico. Não é impossível que as rimas do *ABC* servissem como instrumento didático, ou então que esse verso fosse uma reza valorizando a rebeldia negra.

Um outro fato que convém mencionar aconteceu no final da conturbada década de 1840, quando não faltavam no Recife sociedades secretas de inspiração maçônica. Na mesma época em que a polícia reprimia duramente a clientela urbana dos praieiros, recrutando a torto e a direito, foram presos alguns suspeitos de fazerem parte de uma outra sociedade secreta, cuja finalidade seria insurgir os escravos da cidade. O líder era o negro forro Benedito, governador dos pretos da Costa, que foi detido junto com um outro africano liberto, o pintor Filipe.¹²

É relevante notar a participação nesse episódio de um indivíduo que tinha um título honorífico reconhecido pelas autoridades, o de Governador dos Pretos da Costa. Esse dado lança alguma luz sobre a ameaça de rebelião escrava de 1814, mencionada acima. Naquela ocasião, também estavam envolvidos o “rei do Congo e de todas as nações do gentio da Guiné” e o “capitão dos ganhadores” do Recife. Essas posições, mesmo sendo freqüentemente ridicularizadas pelos poderosos, serviam como canais de negociação entre os cativos e as autoridades. Mas também poderiam servir à revolta. O que não falta na história das Américas são protestos liderados por ex-feitores e outros escravos que conseguiam a confiança dos patrões atingindo os mais altos graus na hierarquia ocupacional possível a um cativo. Um negro que chegasse a essas posições fatalmente conheceria melhor os brancos e isso também ajudava nos momentos radicais. Se pudermos ver essas posições de prestígio de uma forma dialética, perceberemos que elas serviam para aquilo que a literatura norte-americana chama de *management of whites*, ou seja administração dos brancos.¹³ Claro! Na mesma medida em que os senhores buscavam administrar suas relações com os seus cativos da forma que lhes

12. Arquivo Público Estadual (Recife): Polícia Civil vol. 21, 20/01/1849. Wellington Barbosa da Silva, *A cidade que escraviza é a mesma que liberta ... estratégias de resistência escrava no Recife do século XIX (1840-1850)*, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, dissertação de Mestrado, 1996, p. 112.

13. Robert William Fogel, *Without Consent or Contract: The Rise and Fall of American Slavery*, Nova York, W.W. Norton Comp., 1989, p. 170.

fosse mais conveniente, os negros tentavam fazer o mesmo, direcionando o melhor possível as suas ações no sentido de conquistar espaços e de abrir brechas econômicas e sociais no sistema. Os homens investidos dessas posições funcionavam como canais nessa relação. Deviam ser escolhidos justamente entre os bons administradores de brancos, negros esertíssimos que sabiam quando transigir e quando resistir. Como seres humanos que eram, eventualmente traíam. Mas, nesses casos aqui tratados, aproveitaram-se da posição para tramarem planos mais ousados.

Existe um outro detalhe nesse episódio de 1849 que abre mais algumas janelas por onde se pode tentar observar algumas das facetas dessa negociação política entre negros e brancos. De acordo com as autoridades, o “diretor” dessa tal sociedade “insurrecionista”, como diziam, seria Francisco Borges Mendes, um homem ligado aos praieiros, que já se haviam rebelado desde novembro do ano anterior. Vale a pena repetir que o ofício pedindo a prisão de Francisco e dos africanos Benedito e Filipe data do dia 19 de janeiro, e o combate pelo Recife – o mais sangrento da insurreição – ocorreria no dia 2 de fevereiro de 1849. Mais de cem pessoas morreram naquele dia, inclusive o principal líder do partido praieiro, o deputado Nunes Machado.

No inquérito que viria a ser aberto contra os praieiros, Borges Mendes seria indiciado como cabeça da rebelião. Mas terminou escapando da pena, juntamente com a grande maioria dos implicados, anistiados por Pedro II. No inquérito da Praieira, Borges Mendes disse que era “solicitador de causas”.¹⁴ Devia ser um homem branco, já que os interrogatórios nos autos identificavam a cor dos depoentes quando se tratava de negros e pardos. É possível até que as autoridades quisessem incriminá-lo em algo mais grave do que apenas participar de reuniões sediciosas de liberais contrários aos conservadores no poder. Mas a hipótese mais plausível é que ele realmente estivesse tentando aliciar os negros do Recife para a causa praieira. Naquele momento em que as tropas insurgentes se preparavam para tentar tomar a cidade, provavelmente as lideranças negras foram chamadas a apoiar a rebelião. O próprio advogado de Agostinho, o liberal radical Borges da Fonseca não deve ter ficado omissos, pois tinha seguidores de todas as raças.¹⁵

Os escravos, portanto, não estavam alheios às tais idéias francesas – como poderiam estar, depois da experiência do Haiti ? Agora, ninguém era ingênuo de se envolver assim sem mais nem menos. Era preciso alguma esperança efetiva de ganho. Ao que tudo indica, eles não entraram nessa fria.

Além desses casos de ameaça de rebelião, vale sempre lembrar que os escravos do Recife também não estiveram ausentes das demais manifestações urbanas ocorridas na primeira metade do século passado e que são parte do contexto político maior das disputas políticas locais.

O primeiro levante que convém mencionar ocorreu em 1823, logo depois da Independência, que havia dividido a elite recifense em facções bem definidas, conforme ensina a historiografia. Nesse clima, em fevereiro de 1823, a tropa amotinou-se, ocupando a cidade. À frente de tudo isso, estava o próprio comandante das Armas da província, o capitão pardo Pedro Pedroso, um ex-rebelde de 1817.¹⁶ Pedroso foi um aliado essencial do grupo

14. Arquivo Público Estadual (Recife): Polícia Civil vol. 21, 19/01/1849. Vejam-se os documentos in *Autos do Inquérito da Revolução Praieira*, pp. 434, 436, 439-441, 444.

15. Borges da Fonseca era membro de uma sociedade secreta que defendia a emancipação dos escravos. Foi um ferrenho opositor do governo praieiro, mas aderiu à rebelião, levando consigo artesãos e gente desempregada do Recife para as matas do Catucá, onde se juntaram aos praieiros. Figueira de Mello, *Crônica*, pp. 54, 62, 235-236. Nabuco, *Um estadista do Império*, op. cit., vol. 1, p. 99. Chacon, “Introdução”, in *Autos do Inquérito ...*, op. cit., p. LXIII. Almeida, *Um homem contra o Império*, op. cit., pp. 172-173.

16. Segundo o viajante Tollenare, que viu a revolta de 1817 no Recife, Pedroso era um homem de fato resoluto. Se não fosse a sua coragem, tomando uma ponte quando a vitória ainda era incerta, é possível que os rebeldes jamais tivessem tomado o governo provincial. Tollenare, *Notas dominicais ...*, op. cit., p.188.

mais conservador em 1822, que queria uma Independência com Pedro no trono e a província unida ao Rio. Sua influência sobre o corpo de tropa era grande, sendo-lhe entregue o comando das armas, uma atitude que amansava os liberais radicais e federalistas. Por essa época, conta Frei Caneca, durante uma festa num subúrbio, Pedroso foi visto por membros do governo comendo e bebendo numa palhoça rodeado de negros e negras – uma delas no seu colo. Ouvia alegremente as cantorias. Prosaicamente, teria então chamado as autoridades que por ali passavam para se juntarem a ele. No ato daquele insólito convite a donos de terra e gente, teria dito: – Sempre estimei muito esta cor, é a minha gente.¹⁷

Passada a ressaca do momento, ficou claro que as coisas não mudariam tão rapidamente e que o projeto de monarquia centralizada instituído em 1822 não trouxera nada de novo para os pardos e pretos brasileiros. Em fevereiro de 1823, Pedroso, sendo a sua autoridade ameaçada pelo Conselho de Governo, tomou a cidade de surpresa, com o apoio da tropa e daquilo que as fontes chamavam com desprezo de “população”. Foi naqueles dias – de grande perigo para a camada senhorial – que cantaram-se nas ruas os citadíssimos versos:

Marinheiros e caiados
todos vão se acabar,
porque só pardos e pretos,
o Brasil hão de habitar.¹⁸

Um outro episódio, também muito conhecido, ocorreu em 1824. A prisão de Pedro Pedroso, depois do levante de fevereiro de 1823, enfraqueceu a facção centralista em Pernambuco, que renunciou no final daquele ano. Os federalistas, que dominavam as Câmaras do Recife e de Olinda, aproveitaram a oportunidade e elegeram o intendente de marinha, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, como presidente da província. Passaram meses tentando o reconhecimento formal de Pedro I a esse novo governo local, mas não foram bem sucedidos. Pedro sabia que os federalistas não iriam submeter-se facilmente ao golpe que dera, fechando a constituinte, e preferia apoiar a gente do governo anterior, capitaneado pelo morgado do Cabo (depois marquês do Recife), e os irmãos Cavalcanti, ainda jovens mas não menos habilidosos como políticos.¹⁹ Para pressionar seus adversários, Pedro mandou bloquear o porto do Recife e preparou uma tropa para enviar à cidade. Quando não tinha mais jeito de conciliação, os federalistas decretaram a Confederação do Equador.

Alguns dias antes dessa medida extrema, a população urbana – provavelmente sofrendo a carestia de víveres provocada pelo bloqueio e insuflada por liberais radicais –

17 Frei Caneca, “O caçador atirando na arara pernambucana em que se transformou o rei dos ratos José Fernandes Gama”, in Antônio Joaquim de Mello (Ed.), *Obras políticas e literárias de frei Joaquim do Amor Divino Caneca*, Recife, 1875; reedição: Recife, Assembléia Legislativa, 1972, pp. 269-270.

18. Sobre esse episódio, ver Marcus Carvalho, *Hegemony and Rebellion*, op. cit., e Maria do Socorro Ferraz Barbosa, *Liberais e liberais*, op. cit..

19. Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque, Luís Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque formaram a mais importante família de políticos da história da província. Três deles tornaram-se senadores, caso único na história do Brasil. Aliás, se o Luís não tivesse morrido ainda moço, provavelmente também iria parar lá. O marquês de Paraná o considerava o mais brilhante deles. Taunay observou que não houve um ano sequer na história do senado imperial sem um representante daquela família e/ou seus primos legítimos na Paraíba. Foram dez no total. Isso sem falar do grande número de aliados políticos como é o caso do barão (depois conde) da Boa Vista que governou Pernambuco por quase sete anos (1837-1844), e de políticos que subiram sob a proteção deles, entre os quais estavam Araújo Lima (depois marquês de Olinda), e José Tomás Nabuco de Araújo. Nabuco, *Um estadista do Império*, op. cit., vol. 1, pp. 37-39. Affonso E. Taunay, *O senado no Império*, São Paulo, Martins, 1941, p. 167. José Honório Rodrigues, *O parlamento e a evolução histórica nacional*, Brasília, Senado Federal, 1972, vol. 1, pp. 50, 105. Eul-Soo Pang, *In Pursuit of Honor and Power: Noblemen of the Southern Cross in Nineteenth Century Brazil*, Tuscaloosa, University of Alabama Press, 1988, pp. 79-80, 200, 213. Francisco Augusto Pereira da Costa, *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*, Recife, 1882; reedição: Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982, *passim*.

ameaçou saquear o bairro do Recife, onde estavam muitas das lojas pertencentes a comerciantes portugueses e à gente mais rica da cidade em geral. Não foi sem esforço que foram contidos pela força pública. Mais uma vez, não faltaram pardos pobres, negros e escravos entre os manifestantes, que cantavam uns versos, também muito citados pela historiografia brasileira:

Qual eu imito a Cristovam,
esse imortal haitiano.
Eia! Imitai a seu povo,
Oh, meu povo soberano!²⁰

Muita história ainda rolou na década de 1820, de monarquia profundamente autoritária. Em Pernambuco, a punição mais comum para os anônimos que participaram da Confederação do Equador foi o recrutamento. A coroa precisava de gente para a mobilização do que viria a ser a Guerra Cisplatina (1825-1828). As vítimas, naturalmente, eram a clientela dos federalistas mais abastados. Claro que Pernambuco foi contemplado com recrutamento maciço.

A cidade do Recife foi amordaçada durante essa década. Mesmo assim não faltaram fugas de escravos e todas as demais formas de resistência comuns às sociedades escravistas. O fato mais importante desse período foi o apogeu do quilombo de Malunguinho, cuja vida e morte está intimamente ligada à história política e social de Pernambuco como um todo. Pode-se dizer que a expansão do quilombo é um dos resultados das brigas de branco entre 1817 e 1824, que abriram brechas no sistema, facilitando as fugas de escravos, inclusive urbanos. Onde havia mato, sempre houve gente escondida, mas um volume tão grande de quilombolas perto do Recife só pode ser entendido como resultado das fugas dos cativos dos proprietários que se envolveram naquelas duas insurreições. Começando quase que às portas das cidades gêmeas de Recife e Olinda, nos morros e florestas dos subúrbio a noroeste delas, os mocambos espalhavam-se pelas matas que serpenteavam entre os engenhos da zona da mata norte, conhecidas pelo nome de floresta do Catucá.

O quilombo de Malunguinho se fortalecia toda vez que as elites brigavam entre si, como em 1817, 1824 e 1831-32, e feneceu no final do decênio de 1830, após a derrota da Cabanada (1832-1835). Enquanto durou, foi a alternativa mais radical para os cativos do Recife e da zona da mata seca, daí a sua importância para o entendimento da resistência escrava, não somente no interior, mas também no principal núcleo urbano da província.

Havia conexões entre os quilombolas e os escravos da cidade. Mapas do século passado mostram o início da floresta do Catucá, na saída das cidades de Recife e Olinda. Deviam haver muitas trilhas naquela direção. Uma delas talvez fosse justamente a que está claramente indicada num mapa de 1836, com o sugestivo nome de "caminho do homem do mato".²¹ Os quilombolas costumavam atacar os arrabaldes, principalmente a povoação de Beberibe, onde a água era límpida, e onde as escravas lavavam as roupas dos seus senhores e senhoras do Recife, para onde voltavam depois, provavelmente de canoa, remadas por negros, muitas vezes cativos também. Isso indica, inclusive, que a conexão com os escravos da cidade podia também ser feita pelas mulheres.²²

Essas ligações entre os quilombolas e os demais escravos ficaram mais claras em 1827, quando o Conselho de Governo reuniu-se para tomar medidas efetivas contra o quilombo. Não era a primeira vez que isso acontecia, muito pelo contrário. Após ter debelado

20 Sobre esses episódios ver Leite, *Pernambuco 1817: estruturas ...*, op. cit., e Carvalho, *Hegemony and Rebellion*, op. cit.

21 Arquivo Público Estadual de Pernambuco (Recife): Anexo I, Planta do Recife, 1836.

22 Arquivo Público Estadual de Pernambuco (Recife): Polícia Militar, vol. 1, 24/02/1826; Juizes de Paz 5, 23/11/1832; Polícia Civil, vol. 2, 02/08/1835. *Diário Novo* (Recife), 22/11/1834, 07/05/1835, 24/07/1835. Tollenare, *Notas dominicais ...*, op. cit., p. 150.

a Confederação do Equador, o general Lima e Silva marchou para o Catucá com toda a tropa disponível.²³ Mas bastou a força ir embora para os mocambos voltarem a crescer. Na tal reunião de janeiro de 1827, a elite dirigente de Pernambuco temia que Malunguinho e seus seguidores tencionassem efetivamente atacar o Recife. É relevante notar ainda que as autoridades acreditavam que os *malunguinhos* inspiravam-se na rebelião que ocorrera pouco antes em Salvador.²⁴ Essa consciência da luta antiescravista em outras províncias retrata a existência de canais informais de comunicação entre os escravos do Recife e do quilombo e entre escravos de Pernambuco e de outras províncias. As notícias vinham pelos mesmos canais utilizados pelos brancos, pois os navios que as traziam tinham escravos a bordo, os quais apareciam nos jornais, tanto à venda como fugindo.

Nos mesmos dias em que o pastor Agostinho era detido no Recife, José do Gabão convenciu um outro marinheiro, Manoel do Congo, a fugir.²⁵ Alguns escravos habilitados profissionalmente, fingindo-se de forros, fugiam para trabalhar em navios.²⁶ Marinheiros escravos faziam a mesma coisa, mudando até de nome depois do desembarque.²⁷ Essas pessoas tiveram um enorme papel na resistência escrava pois, ao repassar as notícias de rebeliões, terminaram influenciando na conduta dos escravos de outros lugares. Alguns desses marinheiros negros cruzaram os mares, chegando a aprender outras línguas européias, como era o caso de um negro jovem vindo de São Tomé, que fugiu no Recife em 1831: era capaz de falar “inglês alguma coisa”.²⁸

Pode-se dizer que o quilombo do Catucá ditou o ritmo da resistência escrava no Recife. Após o seu fim, fugir para o mato perdeu muito do sentido para os escravos urbanos. As alternativas de resistência e sobrevivência mudaram. Enquanto existiu, foi o principal referencial da resistência escrava na província. Depois de extinto, sobreviveu na memória popular até os dias de hoje na figura da entidade Malunguinho – líder do Catucá – no culto da Jurema Sagrada.²⁹

Dentro da cidade mesmo, em 1831, viria a acontecer mais confusão, e das grandes. A queda de Pedro I, em abril daquele ano, guindou novamente os federalistas ao poder na província, afetando particularmente o exército, que crescera muito por conta da Guerra Cisplatina e pesava nos cofres públicos. As disputas políticas entre liberais e conservadores transbordaram para os quartéis, onde havia muita insatisfação no corpo da tropa, agravada pelo temor de que haveria desmobilização sem o pagamento dos soldos e na província onde servisse o recrutado, ao invés de nos locais de origem.

O tratamento, de fato, era duro: os castigos corporais incluíam sovas com espada. Chegou-se ao ponto de estabelecer toque de recolher, proibindo os soldados de deixarem os quartéis. Não é muito absurdo comparar os recrutados dessa época com os escravos. Adicione-se a isso o pagamento feito em “xexem” ou “xanxan”, o criativo apelido da moeda de cobre, facilmente falsificada, e que portanto não era rigorosamente dinheiro, mas uma coisa que, colocada num saquinho e balançada, fazia aquele barulho. Não deve ter sido pequena a indignação desses homens simples que aprenderam a ser brasileiros nos campos de batalha do extremo sul, ou até mais do que isso. Havia tropa no Recife que tinha participado

23. "Correspondência Oficial" 21/04/1825, 22/04/1825, in *Diário do governo de Pernambuco* (Recife), 04/06/1825.

24. Arquivo Público Estadual de Pernambuco (Recife): *Atas do Conselho de Governo de Pernambuco*, vol. 2, 29/01/1827. Certamente referiam-se ao levante de agosto de 1826. Vide João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*, São Paulo, Brasiliense, 1986, pp. 73-74.

25. *Diário de Pernambuco* (Recife), 23/09/1846.

26. *Diário Novo* (Recife), 04/03/1843, 22/04/1843.

27. *Diário de Pernambuco* (Recife), 30/01/1843. *Diário de Pernambuco* (Recife), 06/10/1846.

28. *Diário de Pernambuco* (Recife), 12/12/1831.

29. Marcus J. M. de Carvalho, “O quilombo de Malunguinho: o rei das matas de Pernambuco”, in João José Reis & Flávio Gomes (orgs.), *História do quilombo no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 407-432.

das manifestações de rua na Corte, no campo de Santana, acelerando a abdicação de Pedro I. O comandante das Armas disse que uns seiscentos soldados entre os amotinados acabavam de chegar de lá. Essa conjuntura difícil, num momento em que o comandante era um oficial bastante rigoroso com seus subordinados, trouxe descontentamento entre os soldados rasos.

Há indícios de que o motim não foi tão repentino assim. Uma girândola de fogos avisou o momento certo aos diversos batalhões. Depois disso, os soldados simplesmente desobedeceram à ordem de não saírem dos quartéis após as 20 horas. O primeiro batalhão a deixar o quartel na marra foi o 13^o. Depois todo mundo seguiu, desertando em massa.³⁰

Em 1831, essa “soldadesca desenfreada” – expressão do ministro da Guerra –³¹ tomou o bairro do Recife, onde estava o porto, saqueando lojas de tudo quanto é coisa. Depois foram todos para a zona do baixo meretrício gastar o apurado e celebrar. Foram 36 horas de medo para os brancos e de farra para os amotinados. Negros, escravos e moleques que trabalhavam pelas ruas juntaram-se aos soldados, aterrorizando as elites locais. O cabinda Filipe, que estava foragido, foi visto prosaicamente no meio da “soldadesca levantada”, trajado de branco, com chapéu de palha na cabeça.³²

Foi preciso um exército de jagunços dos engenhos próximos à capital, guardas nacionais, milicianos e até estudantes da faculdade de Direito para encurralar a tal soldadesca desenfreada no bairro do Recife. Muita gente morreu. Centenas foram presos. Não havia oficiais envolvidos no motim.³³

Mas não se esgota aí o tema dos levantes urbanos no Recife em que os negros e pardos participaram – e quem sabe até alguns brancos pobres, descendentes de portugueses ou açorianos modestos que imigravam aos montes para Pernambuco. A violência urbana renovou-se na década de 1840, quando praieiros e conservadores disputavam o poder na província. Tendo que disputar as eleições, as lideranças partidárias mobilizavam sua clientela urbana, que terminava fugindo ao controle e aderindo à causa dos liberais radicais. Em torno de 1845, a agitação da população deslocada da cidade já era tanta que o cônsul americano chegou a dizer que a *mob* – a canalha – estava no poder.³⁴

Os mata-marinheiros, entre 1844 e 1848, também serviram para que os negros e os “moleques”, como se dizia na época, desrespeitassem seus senhores e perpetrassem outros tantos atos de desordem que tanto atemorizavam os donos de gente. Foi muita correria pela cidade naqueles anos. Os escravos, todavia, são menos visíveis na documentação sobre aqueles episódios, devido ao rápido aumento da população livre depois da Independência. Aí sim, a questão demográfica pesava. O número de habitantes do Recife crescera quase 60 % entre os censos de 1828 e 1855. Os 25.678 habitantes contados em 1827 nos três principais bairros da cidade (Recife, Santo Antônio e Boa Vista), tornaram-se 40.977 em 1855. O número de escravos, todavia, permaneceu praticamente constante. Eles eram 7.935 em 1828 e 7.707 em 1855. O que aumentou, e muito, foi a população livre que, segundo esses dados, deu um salto de mais de 85 % entre essas duas contagens, enquanto que a população escrava estacionou. Em 1828, os escravos representavam 30 % dos habitantes dos três bairros realmente urbanizados da cidade. Em 1855, eles eram apenas 18 % do total.³⁵

30. Arquivo Público Estadual (Recife): *Correspondência da Corte* vol. 33, 09/20/1831. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro): Ministério do Exército, IG¹ 64, 10/11/1831; IG¹ 65, 12/24/1831, 12/23/1831. “Correspondência Oficial”, 09/20/1831, in *Diário de Pernambuco* (Recife), 11/03/1831.

31. “Comando das Armas”, 23/09/31, in *Diário de Pernambuco* (Recife), 08/10/31.

32. *Diário de Pernambuco* (Recife), 07/10/1831.

33. Carvalho, *Hegemony and Rebellion ...*, op. cit., cap. 5.

34. Department of State: *United States Consul in Pernambuco*, Microfilm T 344, 09/06/1845.

35. “Mapa demonstrativo das diversas povoações, vilas e cidades, etc”, 1827, apud Jeronymo Martiniano Figueira de Mello, *Ensaio sobre a estatística civil e política de Pernambuco*, Recife, 1852; reedição: Recife, Conselho Estadual de Cultura, s.n.. Arquivo Público Estadual de Pernambuco (Recife): *Relação Numérica da População Livre e Escrava do Primeiro Distrito do Termo do Recife*, 10/01/1856.

Não obstante, justamente lá pela década de 1840, se solidificaria uma das formas de contestação mais criativas dos cativos do Recife: deixar-se acoitar ou roubar por alguém. Em outras palavras, procurar um outro patrão, tal como faziam e fazem os trabalhadores livres quando insatisfeitos. O que não falta nos anúncios de fuga daqueles anos são menções a um possível acoitamento dos cativos por pessoas livres.

Esses acoitamentos, todavia, não se davam por solidariedade – pensar assim seria idealizar demais a relação senhor-escravo – mesmo admitindo que isso possa ter ocorrido em algumas instâncias, principalmente nos casos em que os próprios negros escondiam companheiros sendo perseguidos. Regra geral, os acoitamentos aconteciam por interesse do acoitador que ganhava um trabalhador sem ter que pagar por ele o preço de mercado

O aspecto mais significativo dessa situação é a participação do escravo no processo. Era ele quem saía da casa do seu dono para se estabelecer noutra residência. Assim, a única e fundamental diferença de uma fuga como outra qualquer é a cumplicidade desse alguém livre, interessado em adquirir o cativo. Essa não era uma fuga para se tornar um quilombola, ou um fugitivo a mais fingindo-se de forro pelas ruas, mas a busca por um senhor menos despótico e/ou disposto a respeitar alguns direitos que o fugitivo acreditava ter adquirido ou pensava em adquirir.

A hipocrisia do acoitamento feito por pessoas livres, donos potenciais do escravo, é reconhecida pela lei desde a época em que Gil Eannes cruzou o cabo Bojador, iniciando a Era das Navegações, em 1434. É do reinado de dom Duarte, entre 1433 e 1438, essa legislação recompensando aqueles que ajudavam na recaptura de fugitivos. Quem era flagrado ajudando um cativo nessa situação era inclusive condenado a ser temporariamente escravizado pelo seu captor.³⁶

No caso do acoitamento ser permanente, transformava-se em roubo de escravo, crime punível pelo código penal. Só que, em nenhum desses dois casos o cativo era um simples objeto do crime e sim um agente do seu próprio destino. Quanto maior a sua qualificação profissional, melhores as possibilidades de sucesso. Também ajudava ser crioulo e pardo, ou mesmo cabra. O cativo atuava na sua própria transferência, tentando ganhar alguma coisa em troca, como aconteceu com um “seleiro” que, apesar dos alegados “vícios de beber e tomar tabaco”, dizia um anúncio de fuga, era muito “procurado para encher colchões”. Por essa razão, o seu senhor desconfiava que “este escravo, em razão do ofício que tem, alguém o tenha agasalhado em sua casa a troco, talvez, de lhe pagar um pequeno jornal”.³⁷

Basta uma olhada descompromissada nos jornais do Recife de meados do século XIX para nos depararmos com esses casos. A bem da verdade, desde que se começou a publicar anúncios de escravos fugitivos em Pernambuco, no final do decênio de 1820, a hipótese de acoitamento era mencionada pelos anunciantes. Isso se repetiria depois, apesar de os anúncios também ameaçarem os possíveis acoitadores na forma da lei, inclusive cobrando pelos serviços do cativo durante o tempo em que ficasse sobre a proteção do acoitador.³⁸ Todavia, foi na década de 1840 que os roubos de escravos tornaram-se uma atividade corriqueira em Pernambuco. Gilberto Freyre disse que ao se aproximar o ano de 1850 o roubo de escravos tornou-se uma “calamidade e um escândalo nas ruas e cidades do norte”.³⁹

36. A.C.M. Saunders, *A Social History of Black Slaves and Freedmen in Portugal, 1441-1555*, Cambridge, Cambridge University Press, 1982, p. 135.

37. *Diário de Pernambuco* (Recife), 30/03/1827.

38. Nos seus primeiros exemplares o *Diário de Pernambuco*, já trazia exemplos disso. *Diário de Pernambuco* (Recife), 06/03/1827, 10/03/1827, 10/01/1829, 04/02/1829. Para a década de 1840, W. Barbosa da Silva consultou anúncios semelhantes em outro periódico, o *Diário Novo*. Wellington Barbosa da Silva, *A cidade que escraviza ...*, op. cit., pp. 66-79.

39. Gilberto Freyre, *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1977, vol. 1, pp. 49-50.

As fontes frequentemente mencionavam a prática desse ilícito, falando às vezes de roubo, outras de furto de escravos. Mas, se quisermos ser mais precisos, convém seguir a legislação brasileira que, a partir de 1837, não mais empregava a expressão “furto”, mas somente “roubo” de escravos. Legalmente existe uma diferença marcante entre estes dois termos. Furto ocorre quando alguém toma um bem alheio sem utilizar a coação física, ou meios que impeçam o lesado de se defender. São os casos em que a apropriação ilegal ocorre geralmente devido a algum descuido do dono. Não há violência, portanto. Já o roubo implica no uso da coação física direta. As penas para o roubo são mais draconianas do que as para o furto. Como pessoa, o cativo tanto podia roubar quanto furtar. Todavia, como coisa que era, de acordo com a lei brasileira, ele não poderia ser furtado, mas somente roubado. Considerava assim a legislação que só era possível tomar um escravo alheio através da violência (como, por exemplo, nos casos de rapto de crianças) ou então através da persuasão do cativo. Na linguagem das ruas, utilizada nos jornais e nas fontes policiais, o ladrão “seduzia” o cativo, oferecendo-lhe dinheiro ou outra vantagem qualquer. De acordo com a lei, o senhor – a vítima aqui – ficava indefeso no momento em que o ladrão convencia o cativo a deixá-lo. Através de um artifício de lógica jurídica portanto, o direito considerava que essa persuasão equivalia a coação direta, uma vez que impossibilitava o legítimo proprietário de defender a sua posse. Assim, a legislação admitia claramente que, para um ser humano ser “roubado”, era preciso que o “objeto” do crime, o cativo, consentisse no roubo.⁴⁰

Ficava tacitamente reconhecida a capacidade do escravo de interferir no ato ilícito, agindo em seu próprio benefício. Ao contrário de outros bens semoventes, o cativo dificilmente poderia, sem consentimento, ser levado por outra pessoa. Ele não era um objeto passivo, passando de mão em mão, legal ou ilegalmente, mas um agente que interferia diretamente na sua transferência de domínio, tirando algum proveito da situação.

Nos debates políticos da segunda metade da década de 1840, a pecha de ladrão de escravos tornou-se comum, refletindo a prática das ruas. Liberais e conservadores acusavam-se mutuamente do mesmo crime e tinham toda razão de fazer isso. Esse tipo de ilícito penal não respeitava fronteiras partidárias. Comentando esse problema, disse um presidente da província em seu relatório anual de atividades: “O roubo de escravos, senhores, era por assim dizer um ramo de comércio para estes traficantes, e chegou a um ponto tal que ninguém podia contar com a propriedade deste gênero”.⁴¹ Um aflito anunciante escrevia num jornal, queixando-se do furto de um escravo seu, e arrematava que os “Ilmos. Srs. ladrões”, não queriam que ele tivesse escravos, “e breve virão buscar o resto”.⁴²

Atendendo a queixas desse tipo, em 1846, o governo provincial reproduzia nos jornais um regulamento de 1842 que proibia qualquer escravo de sair da província sem passaporte válido devidamente passado pela polícia. O temor não era com as tentativas de fuga, mas com o roubo de escravos, pois o cerne do regulamento era apreender “como roubado” o cativo pego nessas circunstâncias, juntamente com quem o acompanhasse, que seria tomado por ladrão e recolhido às terríveis prisões públicas. Havia ainda uma multa de 50 mil réis pela infração, metade da qual iria para o “apreensor”, se houvesse um.⁴³

Vistos assim, um a um, apenas sob uma ordem cronológica, esses episódios parecem mais um mosaico de levantes isolados. Todavia, os rumores de 1814, a seita do Divino Mestre, a ameaça de levante em 1849 e os roubos de escravos têm seus devidos lugares numa

40. Decreto de 15 de outubro de 1837, in *Collecção de leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1861. *Código criminal do Império*, Rio de Janeiro, Typographia Quirino e Irmão, 1861, art. 257, nota 87 e arts. 269 e 270.

41. Arquivo Público Estadual de Pernambuco (Recife): *Relatório do presidente Chichorro da Gama à Assembléia Provincial na Sessão Ordinária de 1846*, p. 7.

42. *Diário de Pernambuco* (Recife), 01/10/1846.

43. Regulamento de 11/04/1842, in *Diário de Pernambuco* (Recife), 20/10/1846.

periodização e análise da resistência escrava no Recife na primeira metade do século passado. A questão é não separar a história do escravismo do contexto da sociedade em que ele ocorreu, pois a escravidão não foi um processo estanque, sem relação com os demais aspectos da história do momento. Vejamos isso mais detalhadamente.

O desenvolvimento dos estudos comparados sobre a escravidão mostra que, mesmo havendo muitas adaptações locais, existe uma série de tendências comuns aos regimes escravistas. Afinal de contas a escravidão foi uma instituição universal – uma das condições mais antigas do homem ou, para ser mais preciso, das mulheres, que se tornaram escravas primeiro.⁴⁴ Salvo alguns casos excepcionais aqui e ali, através da história, a oposição efetiva à escravidão, feita por não-escravos, só começou no século XIX. A Inglaterra foi o primeiro país a combatê-la dentro e fora de seus domínios, de forma sistemática e continuada, numa época em que o sistema escravista vivia o seu apogeu histórico como forma de dominação. Apesar de já ter passado tanto tempo, o escravismo legalmente sancionado durou muito. Na década de 1980, ainda havia pelo menos um país fazendo a sua abolição legal: a Mauritânia.⁴⁵

Essa universalidade da escravidão, a existência de um conjunto de estruturas e processos comuns em todo o mundo, em todos os tempos, evidentemente não elimina o surgimento de uma enorme diversidade dentro daquela instituição, com inúmeras possibilidades locais, inclusive cronologicamente definidas. Como qualquer sistema de dominação, o escravismo também tem sua dinâmica interna e, uma vez adotado num país periférico, sofre imensa influência externa. Assim, cada sistema escravista tem seu próprio ritmo, que muda com o tempo. São transformações lentas mas reais, mesmo que toda a estrutura do regime esteja voltada para a permanência e não para a mudança e, menos ainda, para a ruptura.⁴⁶

As mudanças – por vezes mais ajustes do que mudanças realmente – por que passa o sistema são significativas, sim. A demografia, o espaço físico, o momento histórico em que vivia a comunidade – com outras contradições e tensões internas e externas além da relação senhor-escravo – influíam sobre a forma como se organizavam as estruturas do escravismo em cada lugar e época. Os contemporâneos percebiam isso e, através dos tempos, mostraram maior ou menor otimismo quanto à sobrevivência da instituição. Às vezes até desistiam dela. Não é à toa que, nos últimos suspiros da escravidão no Brasil, tanta gente foi liberta em grupo, e outros simplesmente abandonaram as plantações em que viviam, sem que os seus senhores fossem atrás, como aconteceu até em São Paulo, o estado onde o escravismo era mais forte.⁴⁷

O historiador da resistência escrava deve ter em mente a conjuntura e as circunstâncias locais. Não se trata aqui de historicismo, mas de cuidado. Muito cuidado para não se ver apenas a floresta sem ver as árvores e vice-versa. Enfim, é preciso balancear a história

44. Gerda Lerner, “Women and Slavery”, *Slavery and Abolition*, (1983), vol. 4, n. 3, pp. 174-177.

45 Sobre o problema da universalidade da escravidão e o seu lugar na cultura ocidental ver: David Brion Davis, *The Problem of Slavery in Western Culture*, Ithaca e Londres, Cornell University Press, 1969. Idem, *Slavery and Human Progress*, Nova York e Oxford, Oxford University Press, 1984. Ver também, Stanley L. Engerman, “Slavery and Emancipation in Comparative Perspective: A Look at Some Recent Debates”, *The Journal of Economic History*, vol. 46, n. 2, (1986), pp. 317-339. Em 1995, um avião militar norte-americano caiu na Somália. Capturada por um grupo étnico que não concordava com a política americana, a tripulação foi posta à venda. Existem, portanto, nações - mesmo que sem Estado - que praticam o escravismo até hoje em dia, principalmente em países do terceiro mundo. A Anistia Internacional de vez em quando edita boletins a esse respeito.

46. Claude Meillassoux, *Anthropologie de l'esclavage: le ventre de fer et d'argent*, Paris, Presses Universitaires de France, 1986, cap. 1. Sob um viés teórico inverso mas, também concordando com a existência de uma dinâmica específica em cada sistema escravista, ver Robert William Fogel, *Time on the Cross: The Economics of American Negro Slavery*, Boston, Brown, 1972.

47. Robert Conrad, *The Destruction of Brazilian Slavery, 1850-1888*, Berkeley, University of California Press, 1972, pp. 245-247.

comparada, com sua tendência a generalizações, com os instrumentos não menos precisos da história analítica, empregados sobre a documentação local que, quando sozinha, tende a separar o objeto de estudo do seu contexto maior.

Na história do Recife, não há outro período de longa duração tão conturbado. A Insurreição de 1817, as manifestações de rua de 1823 e 1824, a Setembrizada em 1831 e os mata-marinheiros entre 1844 e 1848 são parte desse contexto. Vale a pena repetir que, obviamente, nenhum desses episódios foi uma rebelião escrava. Todavia, eles têm relevância para o entendimento da história da escravidão na cidade e em Pernambuco como um todo. Não que os cativos, a partir dessa conjuntura, entendessem a existência de “contradições” no sistema – não é assim tão simples. Mas eles com certeza percebiam que os brancos também brigavam entre si. Muitas das fissuras do sistema foram escancaradas naqueles momentos de perigo. A rotina era quebrada. Reinava aquilo que os contemporâneos letrados chamavam nos jornais de “anarquia”, “algazaras”, “distúrbios” e outros termos semelhantes. Os escravos aproveitavam-se das circunstâncias para avançarem suas lutas, em grupo ou individualmente.

Pensando nesse contexto de violência urbana, convém lembrar o emprego pelo cônsul norte-americano do termo *mob*, ao se referir à turba do Recife, dizendo que ela estava no poder em 1845. E. P. Thompson criticou, no mais citado dos seus trabalhos, o emprego desse termo por uma parte da historiografia, preferindo a ele a expressão *crowd*, devido às conotações pejorativas da palavra *mob*, também empregada nas fontes inglesas.⁴⁸ Enfatizando explicitamente a situação pernambucana, o cônsul não disfarçou o seu desprezo pela população despossuída que participava daqueles levantes. Nesse contexto, talvez a melhor tradução para *mob* seja justamente uma outra expressão, “população enfurecida”, utilizada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros ao se referir aos participantes de um mata-marinheiro ocorrido em 1848 no Recife.⁴⁹

O surgimento desse aglomerado de pessoas advindas de camadas sociais diversas, com aspirações diferenciadas, mas convergindo para uma ação comum, era o resultado de um longo processo de maturação política, como mostra Thompson na sua obra. No caso específico do Recife, na população enfurecida também cabiam os negros e pardos livres, libertos e até os escravos mais afoitos. Claro que vinham também, dentre os negros e pardos livres e até libertos, muitos dos instrumentos repressivos a serviço do sistema. O capitão do mato não era necessariamente branco. Todavia, o que nos interessa aqui são as malhas de solidariedade tecidas e não os seus fios esgarçados ou mesmo rasgados. É muito difícil reconstruir essas conexões sem ter a voz do próprio escravo, mas a documentação legada pelo dominador abre frestas que mostram que os liames eram muito mais amplos do que se pode imaginar. Incluíam gente do quilombo do Catucá e redes de informação complexas e bastante extensas. As notícias de Salvador chegavam e influíam no comportamento dos escravos do Recife. O tema Haiti repete-se: era canção nas ruas em 1823 e novamente verso – talvez até reza – nas mãos de Agostinho, em 1846.

É preciso ter muito cuidado e evitar anacronismos. As noções de raça e cor também variam com o tempo. Posto isso, vale a pena lembrar que havia claramente uma noção de raça e de cor nessa época. A afirmativa de Pedroso, de que estimava “muito esta cor”, a cor da sua gente, denota uma consciência nesse sentido, que ajudava na costura dos elos de solidariedade negra. Quando houve o levante urbano de 1823, essa noção ficou ainda mais evidente. O verso cantado distingue os “marinheiros” dos “caiados”. Os marinheiros eram os portugueses. Os caiados, no contexto pernambucano, eram os brancos brasileiros. A expressão é de uma

48. A noção de economia moral (*moral economy*), que originalmente não é de Thompson, popularizou-se a partir do ensaio: "The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century", in *Past and Present*, vol. 50, (1971), pp. 76-136. Sobre os debates posteriores sobre o emprego do termo *crowd*, veja-se E. P. Thompson, *Customs in Common: Studies in Traditional Popular Culture*, Nova York, New Press, 1993, pp. 259-351.

49. Arquivo Público Estadual (Recife): Polícia Civil vol. 329, 06/01/1848.

sutileza interessantíssima, pois caiada é a parede pintada de branco com cal. A cal elimina insetos, purga, limpa. A cor branca aqui, portanto, fora adquirida e não herdada geneticamente. Simbolicamente os traços de negritude foram apagados pela riqueza. Ao dizer que tanto os marinheiros como os caiados iam ser eliminados em benefício dos pardos e pretos, esse verso denota uma clara consciência de raça e cor por parte dos não-brancos que se percebiam como pardos e pretos, engajando-se assim na luta contra o sistema.

Arriscando uma periodização, percebe-se também as ligações entre as estratégias de resistência e o contexto maior da história. O abortado motim de 1814 e o surgimento do quilombo de Malunguinho aconteceram quando o tráfico de escravos para Pernambuco estava no seu apogeu. Diz Joseph Miller que, pelo menos, umas 49.233 pessoas saíram de Luanda para Pernambuco na década de 1810. Desse total, 33.812 vieram entre 1816 e 1820. Adicionados aos 939 vindos de Benguela em 1819, totalizam 34.751 cativos.⁵⁰ Durante os anos em que aconteceram a Insurreição de 1817, a Independência e a Confederação do Equador, Pernambuco devia estar cheio de africanos. Até o nome do principal líder do quilombo, Malunguinho, aponta nessa direção, já que “malungo” era a forma como se tratavam mutuamente as pessoas que viajaram no mesmo navio negreiro. Tanto H. Koster, como Tollenare observaram a força desse liame quando estiveram em Pernambuco na década de 1810.⁵¹

O quilombo de Malunguinho continuou sendo uma ameaça até a sua destruição final. A última diligência de maior envergadura contra os rebeldes data de 1837, quando morreu o último líder conhecido, o negro João Batista. A partir daí, fugir para o mato perto da cidade perdeu um pouco do sentido, a não ser para os negros realmente capazes de viver na floresta, adestrados na guerra de guerrilhas, ou para aqueles que se integraram ao banditismo rural da época.

Na década de 1840, os escravos do Recife, pouco a pouco, começaram a enfrentar uma realidade diversa. Conforme vimos acima, a população livre aumentara muito, diminuindo bastante a proporção de negros na cidade. De quase um terço dos habitantes, por volta de 1828, passaram a representar menos de um quinto no decênio de 1850. Pode-se dizer também que, com a criação da guarda nacional, da polícia civil e da justiça de paz, a sociedade tornara-se mais fechada, diminuindo as chances de fuga. E o quilombo fora destruído. Isso numa época de reformas urbanas. O governo do barão da Boa Vista (1837-1844), dizem os contemporâneos, mudou a cara do Recife. Novas ruas foram abertas, algumas antigas foram calçadas, pontes consertadas, sendo colocados em funcionamento os planos para a construção de um grande teatro, de um novo palácio do governo e outros tantos prédios públicos. Claro que tudo isso era feito dentro de uma noção de “ordem” bastante propagada nos periódicos locais. Era esse o ponto de partida de tudo. Não poderia haver “progresso”, outro jargão da época, sem ordem – o que implica em dizer que os escravos tinham que ser devidamente controlados.⁵²

50. Joseph Miller, “The Numbers, Origins and Destinations of Slaves in the Eighteenth Century Angolan Slave Trade”, in J.I. Inikori & S.L. Engerman (Orgs.), *The Atlantic Slave Trade: Effects on Economies, Societies and Peoples in Africa, the Americas and Europe*, Durnham e Londres, Duke University Press, 1992, pp. 96-97.

51. Henry Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, Londres, 1816; reedição: Recife, Secretaria de Educação, 1978, p. 413. Tollenare, *Notas dominicais*, op. cit., p. 143. Luís da Câmara Cascudo, in Koster, *Viagens*, p. 417, nota 18. O liame formado entre aqueles que vinham da África no mesmo navio também tinha grande relevância em outros pontos da América. Michael Craton, *Testing the Chains*, Ithaca e Londres, Cornell University Press, 1982, p. 49. Robert W. Slenes, “Malungu, Ngoma vem: África coberta e descoberta do Brasil”, in *Revista USP*, vol. 12, São Paulo, dez/fev. 1991-1992, pp. 48-67. O “inho” de Malunguinho, todavia, é um abrasileiramento do nome, o que mostra que o quilombo não era apenas uma reconstituição da vida africana, mas uma construção histórica brasileira, urdida dos encontros e desencontros entre africanos e crioulos no Novo Mundo. Carvalho, “O Quilombo de Malunguinho ...”, op. cit., passim.

52. *O Progresso, Revista Social, Literária e Científica*, Recife, 1846-1847; reedição: Recife, Imprensa Oficial, 1950. Flávio Guerra “O Recife e o conde da Boa Vista”, in José Joaquim de Almeida Neto et alia, *Um tempo do*

Os escravos do Recife tiveram que empregar muita criatividade para elaborar novas alternativas de resistência. E foi exatamente isso o que fizeram. Esse novo contexto demográfico, espacial e repressivo, foi acompanhado de uma situação política bastante complexa, onde boa parte dos antigos derrotados de 1824 voltou ao poder, a partir de 1844, com a ascensão dos praieiros ao governo provincial. Os escravos aproveitaram-se da relativa escassez de mão-de-obra e das divisões intra-elites para mudarem de senhor quando considerassem oportuno. Pode-se dizer, assim, que os acoitamentos e roubos de escravos da década de 1840 não foram meras adaptações à nova realidade, mas a forma como os cativos atuaram objetivamente sobre a sociedade. Entendendo os roubos e acoitamentos como atos dos cativos – que buscavam quem os acoitassem ou roubassem – percebe-se que eles deram uma grande contribuição para acirrar os ânimos entre os dois partidos, os praieiros e os conservadores. Os escravos do Recife agiram sobre a conjuntura, ajudando a mudar o eixo da discussão política do momento, transformando a pecha de ladrão de escravos no mote da disputa político-partidária do momento.

Também ficam claros os liames, por tênues que tenham sido, entre as lideranças cativas e os movimentos políticos reformistas do momento. Há indícios de que o Divino Mestre fora um sabino, ou ao menos um simpatizante da insurreição na Bahia. Os desembargadores que o interrogaram tentaram envolvê-lo nisso. Deviam saber mais coisas do que aparentam no interrogatório, afinal de contas ninguém iria perguntar a um negro se ele conhecia o doutor Sabino, se não houvesse alguma história por trás disso. No mesmo sentido é o episódio da prisão dos africanos libertos Benedito – governador dos pretos da Costa – e do pintor Filipe, juntamente com o praieiro Francisco Borges Mendes. Os escravos podem não ter participado, mas não estavam alheios à Praieira, e houve quem tentasse conseguir o apoio deles.

Apesar das imensas dificuldades, portanto, os escravos do Recife procuraram atuar sobre a realidade em que viviam, modificando-a em seu benefício. Não foram objeto, mas sujeitos da história, construindo uma parte do mundo em que viviam, como disse Genovese sobre a realidade norte-americana. Conquistaram espaços que lhes eram vedados, abriram frestas no sistema, esgarçando, senão rompendo, os elos do cativeiro. Não houve rebeliões escravas no Recife durante a primeira metade do século, mas houve rumores, movimentos abortados, fugas, mudanças de senhor à revelia dos proprietários e tentativas de mobilizar os negros da cidade para que tomassem posição nas querelas políticas do momento. Insurreições, portanto, não aconteceram, mas é quase como se tivessem mesmo ocorrido.

Recife, Recife, Secretaria de Justiça, 1978. Marson, *O Império do progresso*, op. cit., passim. Mosher, *Pernambuco and the Construction ...*, cap. 3.